

Síntese da história de Loriga^[1]

Enquadramento geográfico



Loriga – Vista panorâmica – 2010 (Registo do autor).

Loriga Té uma vila do concelho de Seia, distrito da Guarda, situada na parte sudoeste da Serra da Estrela e dista 20 km de Seia, 80 km da Guarda e 9,2 km da Lagoa Comprida. Tem uma povoação anexa o Fontão e faz parte do Parque Natural da Serra da Estrela. Está situada a cerca de 770m de altitude, é rodeada por montanhas, das quais se destacam a Penha dos Abutres (1828m de altitude) e a Penha do Gato (1771m) e duas ribeiras: a da Nave e a de São Bento que se unem formando a ribeira de Loriga. Os seus socargos majestosos conferem-lhe uma configuração única e ímpar na região do vale glacial.

Das origens à fundação da nacionalidade

Construir uma pré-história sobre Loriga é ainda nos nossos dias um desiderato impossível, pelo facto de até à data não terem sido aí encontrados quaisquer vestígios deste longo período que vai até à invenção da escrita, por volta de 4.000 a.C. na Mesopotâmia. Os primeiros vestígios localizados em Loriga são de um período mais subsequente e foram localizados no denominado castelo/castelejo, onde ainda por volta de 1759, como nos informam as Memórias fornecidas pelo padre Luís Cardoso^[2] aos delegados do marquês de Pombal, ser ainda visível a existência de vestígios dos alicerces dos muros^[3]. Em 1966, Carminda Cavaco e Isabel Marques^[4] referem também, cito: “(...) algumas cristas descarnadas fazendo lembrar ruínas de castros, (...)”.

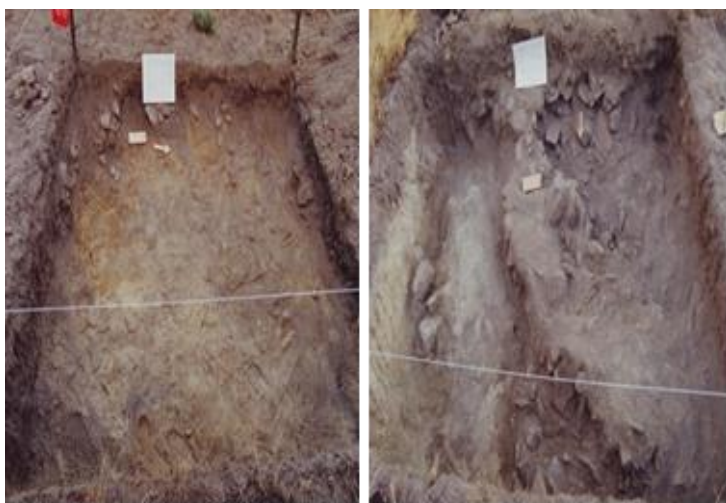
É neste contexto que assinalamos o desenvolvimento da cultura castreja que percorre o I. Milénio a.C., determinando o cimo dos montes – as suas zonas de preferência – os locais que melhor ofereciam a estas comunidades as condições ideais de defesa, habitação e pastoreio.

Apesar da presença incerta dos celtas no interior do território português, sabemos que a existência, de um bairro em Loriga com a designação de São Ginês poderá estar certamente associado à origem do santo celta São Gens martirizado pelos romanos.

Por questões de alteração demográfica entretanto observadas ao longo do I milénio a.C. e também devido a importantes inovações determinadas pelos aspetos económicos, sociais e espirituais destas comunidades de pastores, a zona do *Chão do Soito*, foi uma área onde estas novas populações encontraram os recursos naturais essenciais – água e melhores terras agrícolas e de pastoreio – para se fixarem. Desse período ainda existe uma espécie de sepultura antropomórfica, popularmente conhecida, como o “caixão da moura”. Após a chegada dos romanos à península ibérica

– século II a.C. – os romanos vão-se fixando por todo o território português procedendo à romanização do espaço que denominaram de Lusitânia, uma das regiões políticas e administrativas da Hispânia.

O resultado desta romanização foi tão intenso e tão rico e autêntico que no ano de 1993, após termos procedido a uma prospeção “in situ” no local – *Chão do Soito* – os vestígios da sua presença foram inequívocos. Como resultado desta intervenção, podemos comprovar que alguns dos vestígios encontrados – antes e agora – se destacam: fragmentos cerâmicos, *imbrex* e *tegulae* (telhas) e *opus signinum* (argamassa feita de cal hidráulica)



Loriga - Prospeções arqueológicas no Chão do Soito - 1993

comprovam o uso e a utilização desta região como de preferida inicialmente. Para atestar esta tese, também na zona

circundante foram encontradas mós, caulino e infraestruturas de uma rede viária que segundo Jorge Alarcão, se julga ser a estrada de *Aeminium* que atravessava o interior da Beira. A “estrada velha” como também é designada, construída segundo as técnicas e os materiais usados pelos romanos, atravessa toda a localidade e vai constituir até à construção – nos princípios e meados do século XX da estrada EN231 e em 2006 da EN338 – o mais importante eixo de ligação desta região serrana.

Com a derrota dos romanos, o domínio da Hispânia foi nos princípios do século V e até aos princípios do século VIII sucessivamente dominado, primeiro pelos suevos e depois pelos visigodos até à invasão dos muçulmanos no ano de 711, substituindo assim o reino visigodo pelo Al-Andaluz.

Dos inícios da nacionalidade à revolução industrial

Com a conquista da individualidade política de Portugal no século XII, Loriga aparece-nos como um lugar, termo e identidade territorial próprias, surgindo a sua alusão nas inquirições de D. Afonso III (1248-1279) como sendo um senhorio doado a João Rhania^[5]; nas cartas de confirmação de privilégios no reinado de D. Pedro (1357-1367); na carta de coutadas certas herdades e quintas concedidas a Rodrigo Afonso Machado por D. João I (1385-1433); na carta de doação de D. Afonso V (1448-1481) a Álvaro Machado em 1474; nas cartas de legitimação e na atribuição do foral de 1514 no reinado de D. Manuel I (1495-1521)^[6]. Este último – o foral^[7] – constituiu até à promulgação do decreto de 24 de outubro de 1855, data da extinção de 76 concelhos – de 360 em 1854 passam para 284 em 1855 – como o mais importante e fundamental documento de compreensão da categoria do concelho e da economia predominante.

Durante este período Loriga aparece-nos também incluída em outros registos com destaque a partir de 1527, em rubricas sobre a evolução da população. Se nesse ano se contabilizavam 78 fogos, em 1755 atingia 158 fogos com um total de 400 habitantes para em 1862 o número de fogos ser de 448 e uma população de 1702 habitantes para atingir o seu valor máximo em 1950 com uma população de 2981 habitantes, sendo 1569 mulheres e 1412 homens^[8].

Desde a baixa idade média que a economia de Loriga assentava numa agricultura rudimentar, na pastorícia e na cultura da castanha para, nos primeiros anos de 1500, passar a ser um importante centro de tratamento e comercialização de panos e lã. A cultura do milho grosso em socalcos e a indústria têxtil chegam mais tarde, respetivamente durante os séculos XVIII e meados do século XIX, respetivamente.

Sabemos^[9] que, entre os anos de 1516 e 1800, Loriga tinha um papel importante na economia e na política local... Os cargos de escrivão das sisas dos panos, de tabelião do público e judicial e de escrivão dos órfãos, em concomitância com o viverem da sua fazenda e trato de lã, conferiram aos que os exerceram, um papel de serem os melhores e mais honrados da vila!

Assim, temos:

Por carta de 25/11/1516, vemos **Pedro de Gouveia**, no cargo de *escrivão das sisas dos panos* de Loriga, Alvoco da Serra e Vila Cova; por carta de 19/06/1536 vemos **Sebastião de Figueiredo**, proprietário dos ofícios de *tabelião do público e judicial e de escrivão dos órfãos* de Loriga e Alvoco da Serra; por carta de 04/12/1538, foi nomeado *escrivão da câmara e almotaçaria* das mesmas vilas; por carta de 27/05/1562, vemos o seu filho **Henrique de Figueiredo**, suceder-lhe no cargo de *proprietário do ofício de escrivão das sisas dos panos* de Loriga e Alvoco da Serra. Renunciou no ano de 1577; **Pedro Mendes**, sucede-lhe em 1577, renunciando em 22/06/1609. Morre em Loriga em 20/11/1633 onde eram *dos melhores e mais honrados da dita vila*; sucedeu-lhe **Maria de Figueiredo** que casou com **Gaspar Fernandes o Velho** que foi proprietário do mesmo ofício por renúncia de Pedro Mendes por carta de 22/11/1609. Viveram em Loriga e eram *dos melhores e mais honrados da dita vila*; depois desta data vemos no cargo **Pedro de Figueiredo**, filho de Gaspar Fernandes o Velho, batizado em Loriga em 05/06/1624 e casado em Loriga em 05/10/1653 com Maria Mendes, batizada em Loriga 28/12/1635, filha de Francisco Mendes e de sua mulher Domingas Francisca; Sucedeu-lhe **Domingos de Figueiredo**, batizado em 03/02/1658 e casado duas vezes: a 1.^a com Catarina Magro de Vila Cova à Coelheira e a 2.^a com Sebastiana Nunes; sucedeu-lhe **João de Figueiredo**, filho de António de Figueiredo e sua

mulher Maria da Fonseca. Casou em Loriga a 17/09/1697 com Maria Mendes, aí batizada a 13/04/1677, filha de Manuel João, aí batizado a 25/03/1638, sendo *contratador de panos de lã*, e de sua mulher Maria Mendes já viúva de Francisco Antunes, casados em Loriga a 06/08/1673, neta materna de Gaspar Fernandes o Novo e de Maria Lopes. Viveram em Loriga onde *eram mercadores de panos*; **Paula da Fonseca** batizada a 08/07/1700, casou em Loriga a 26/04/1731 com João de Brito aí batizado a 11/09/1710 filho de Manuel João aí batizado a 18/05/1681 e de sua mulher Catarina de Brito aí batizada a 20/01/1678 e onde casaram a 15/06/1706. Viveram em Loriga onde eram dos principais na mesma vila; **João de Brito** batizado a 30/05/1736, casou com sua prima Águeda Mendes Francisca aí batizada a 28/05/1739, filha de Manuel Francisco Bordalo e de sua mulher Maria Mendes de Figueiredo.

Da revolução industrial aos nossos dias

Com o aparecimento do fenómeno industrial em Inglaterra no ocaso – última década – do século XVIII e a sua expansão pela Europa ocidental incrementada pelo ideário da revolução liberal de 1820, Loriga conheceu a partir de 1856 e 1862 – data da criação das primeiras fábricas – a da Fonte dos Amores e a da Fândega fundadas por Manuel Mendes Freire e José Marques Guimarães respetivamente. Com esta fundação das fábricas em Loriga, consuma-se e materializa-se, um passado manufatureiro tradicional surgido no século XVII data da criação da primeira fábrica de panos na Covilhã. É comummente aceitar esta ligação à Covilhã, pelo facto de em Loriga, o gado ser muito abundante, coexistirem muitos vendedores de lã, se situar entre duas ribeiras com ótimas condições de produção de energia, ter um quotidiano artesanal ligado ao têxtil e, mais tarde, o retorno de emigrantes enriquecidos no Brasil (hoje recordados pela capela de Nossa Senhora da Guia de 1884, o coreto em ferro forjado de 1905 e pelos três fontenários existentes em Loriga de 1905-1907).



Loriga - Fábrica de lanifícios, Moura Cabral

O ímpeto pelo têxtil possibilitaria ainda a criação de mais unidades: a fábrica do Regato, em 1869; em 1872 a fábrica das Tapadas; em 1878 a fábrica da Redondinha mais tarde Manuel Carvalho; a Jomabril surge num destes espaços em 1993; em 1899 a fábrica Leitão & Irmãos, Cia.; em 1905 a fábrica Nova para em 1920 passar a sociedade Moura Cabral & Cia.; em 1929 a fábrica do Pomar da firma Nunes & Brito; em 1938 a Pina, Nunes & Cia.; em 1952 num local, o “Escaldadeiro”, vai surgir a Gonçalves & Abreu, Limitada. mais tarde Gonçalves & Nunes quando entra a irmã de José Nunes Abreu; em 1969 a Lorilan-Nunes & Cia,

Limitada.; em 1973 a Lorimalhas depois Loriseia em 1992; em 1988 a M.L.P. empresa de Malhas Pinto Lucas, Limitada., depois comprada por HABIMADEIRAS, José Mendes Pinto & Filhos – Alvoco da Serra em 1996, a única em atividade; em 1932 a fábrica das Lamas, passou em 1980 a denominar-se Metalúrgica Vaz Leal. Esta unidade de metalurgia foi desativada no ano de 2016 e reaberta em janeiro de 2017.

A religiosidade das gentes de Loriga foi sempre notória, suportada na sua igreja matriz cujo orago é Santa Maria Maior,



Loriga – Altar de N.ª Sr.ª da Guia

nas capelas de Nossa Senhora da Guia, de São Sebastião, de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Ajuda e de Nossa Senhora da Anunciada, bem como numa fé inabalável colocada nas tradições da sua Irmandade do Santíssimo Sacramento (1736)^[10], na Ementa/Amenta das Almas durante o período da Quaresma e nas várias procissões realizadas durante o ano, com destaque para as festas religiosas e romarias ocorridas no segundo domingo do mês de junho (Santo António); no último domingo de julho (São Sebastião); no primeiro domingo de agosto (Nossa Senhora da Guia) e no segundo domingo de agosto no lugar do Fontão (Nossa Senhora da Ajuda).

Na música e no desporto destacam-se a **Sociedade Recreativa e Musical Loriguense (1 de julho de 1906)**^[11] e o Grupo Desportivo Loriguense (8 de abril de 1934).

De um passado exuberante norteado pelos lanifícios, Loriga volta a apostar no seu território, nas suas gentes, na sua memória, nas suas tradições e no seu potencial paisagístico, numa perspetiva de se revalorizar e tornar sustentável a sua economia assente num turismo rural e nos novos paradigmas decorrentes da revitalização da praia fluvial no verão, da neve no inverno e nas tradições em outras datas.

[1] BRITO, Augusto Moura, Texto concluído em 01/12/2019.

[2] CARDOSO, Luís Padre – Dicionário Geographico de Portugal, Lisboa, 1759.

[3] A este propósito deslocamo-nos ao local no ano de 1990 e não vislumbramos nenhum vestígio da existência de castros, apenas terras removidas, talvez devido a uma operação de florestação do lugar.

[4] CAVACO, Carminda e MARQUES, Isabel – 1966 – “Os Vales de Loriga e de Alvoco na Serra da Estrela. Estudo de Geografia Humana”, Finisterra Vol. I, nº 2, pp. 188-239.

[5] A alinação de terras, pelos nossos primeiros reis, a favor de nobres e mosteiros – a guerra ia justificando tamanho desiderato – tornavam as receitas régias insuficientes!

A necessidade de acautelar o património régio e aumentar os rendimentos, levou D. Afonso II e seus sucessores, a tomar medidas para estancar aquilo que se dizia ser urgente encontrar e essencial: *toda a legitimação da propriedade deveria ser autenticada doravante!* É neste contexto que, a partir de 1220, se inicia a inquirição da autenticidade da posse dominial, promulgando-se as Inquirições para verificar “in loco”, quais as terras da Coroa que se encontravam em posse indevida na Nobreza e no Clero.

No livro das Inquirições de D. Afonso III em 1258 (era de César) no folio onde se delimita a área de inquirição, verificamos que as terras de Sea e de Gouvea, e de Trancoso bispado de Lamego. Viseu até Trancoso indo direito até ao Douro... no folio XXII, linhas 5, 6 e 7, refere que as terras de toda a terra de Sena que são hereditárias e provadas pelas leis, exceto as de Sandomil e Loriga que foram doadas a Johane Rhanía...

[6] Temos todos estes documentos disponíveis em registo fotográfico, obtidos enquanto estudantes na F.L.L.

[7] Documento que está transcrito, traduzido e interpretado por nós – BRITO, Augusto Moura – in, <http://mourabrito.net/loriga.htm>.

[8] CAVACO, Carminda, e MARQUES, Isabel, “Finisterra” (Centro de Estudos Geográficos) vol. I nº 2 Lisboa 1966.

[9] GONÇALVES, Eduardo Osório. Raízes da Beira – Genealogia e Património: Da serra da estrela ao vale do Mondego. Dislivro Histórica 2006 e resultantes da análise das – Chancelarias de D. João III, D. Manuel I, D. Sebastião, D. Filipe II, D. Filipe III, D. Maria I, D. João VI, D. Pedro IV – da ANTT.

[10] A Bula que concede a sua fundação data de 1736 atribuída pelo Papa Clemente XII.

[11] Data da 1.ª saída de rua (Procissão de S. S. Coração de Jesus em 1 de julho de 1906). O mesmo que Santíssimo Sacramento.